O DIREITO À EDUCAÇÃO BÁSICA: ANÁLISE INICIAL DOS JULGAMENTOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

Carlos Roberto Jamil Cury – PUC Minas – Brasil[1]
crjcury.bh@terra.com.br
Cláudia Tavares do Amaral – PUC Minas - Brasil[2]
claudiatamaral@gmail.com

Resumo

O presente texto é resultado de uma pesquisa em andamento e busca apresentar como a população brasileira que vive em Minas Gerais vem assumindo seu protagonismo face ao direito à educação, na medida em que busca o Judiciário para a resolução de conflitos referentes à educação básica. A pesquisa, de cunho documental, foi realizada a partir dos dados extraídos das decisões judiciais proferidas pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, órgão jurisdicional de segunda instância, no período de 1999 a 2013. Pelos dados consultados, observa-se uma crescente demanda pela intervenção do judiciário no tocante à educação básica que se estende de forma a corporificar a pretensa expansão das garantias aos direitos sociais, nomeadamente a educação básica.

Palavras-chave: Direito Educacional. Educação Básica. Judicialização.

[1] Professor emérito da UFMG (aposentado). Professor da PUC Minas.
[2] Bolsista de estágio pós-doutoral da CAPES na PUC Minas.